IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE GÊNERO, DIVERSIDADE E SEXUALIDADE NO CAMPUS CAMPOS CENTRO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: ABORDAGEM SOBRE POLÍTICA DE GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

DENISE COSTA DE BRITO[1]

1. GÊNERO E DIVERSIDADE: BREVE HISTÓRICO

Os movimentos sociais vêm trazer para a sociedade contemporânea uma mudança de pensamentos, transformando ou não alguma situação ou ação. Essas mudanças podem ser nacionais ou internacionais.

Vários exemplos de movimentos sociais podem ser citados em nosso cotidiano: movimentos trabalhistas, os movimentos por saúde, transporte, educação, por acesso à terra, movimentos feministas, ambientalistas, étnicos, sexuais, de gênero, entre outros.

Podemos conceituar movimentos sociais como uma ação coletiva de movimentos populares, sindicais, organizações não governamentais (ONGs) que buscam mudanças sociais, diálogos, lutas políticas, direitos, em um contexto específico da sociedade.

O Brasil é um país marcado por grandes movimentos sociais que ao longo dos séculos promoveram o país que temos hoje.

Na Revolução Francesa as mulheres se organizaram para uma luta por direitos e deveres iguais, ali teve o marco da luta pelo feminismo no mundo.

No Brasil, no início do século XIX, as mulheres dão o início a luta pela participação na educação pública. Nos anos 30 lutam pelo direito ao voto e ainda hoje nós mulheres estamos lutando em favor dos direitos iguais e pela cidadania plena.

Os movimentos sociais sobre e sexualidade datam de 1969 nos EUA em Nova York, quando, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, frequentadores do Bar Stonewall Inn eram, frequentemente, perseguidos e sofriam preconceitos de todas as formas, acuados e achincalhados pela polícia de Nova Iorque. Essa população resolveu dar um basta na situação e durante três dias e noites, com ajuda de aliados, resistiram ao cerco policial e este momento ficou marcado como a Revolta de Stonewall.

A História da Homossexualidade no Brasil data de 1977, ano em que o advogado do Rio Grande do Sul, João Antônio Mascarenhas, que a época residia na cidade do Rio de Janeiro, faz

[1] Mestranda em Educação pela Universidad de la Empresa – UDE, Especialista em Gestão de Qualidade - UCAM, Graduada em Pedagogia – FAFIC, Coordenadora do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade do campus Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Técnica em Assuntos Educacionais .

um convite ao editor da Gay Sunshine (uma publicação norte americana), de San Francisco (EUA), para falar sobre o tema no Brasil. Esta ação vem caracterizar o primeiro Movimento Homossexual Brasileiro – este nome ficou conhecido por muitos anos até chegar a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis)que passa a ser adotada e ainda hoje acrescentando novas representações, como LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais) ou LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero).

A implantação do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS) no Campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense, apresenta uma proposta interdisciplinar inclusiva que vem abordar sobre o gênero e a diversidade através da pesquisa e capacitação, com ações (cursos e eventos) voltadas à educação sem discriminação: machismo, homo e transfobia.

1.1 Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense[2].

O Núcleo surge a partir de um Edital, da Pro Reitoria de Extensão para a implantação de Núcleos de Gênero no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, instituição centenária que ao longo dos 106 anos de história, chega como caminho de inclusão "dos pobres e desvalidos da sorte"[3] através da Educação Profissional no Brasil. Escola de Aprendizes e Artífices (1909), Liceus Industriais (1916), Escolas Industriais e Técnicas (1942), Escola Técnica Federal (1959), Centro Federal de Educação Tecnológica (1998), o IFFluminense passa por todo o processo de mudanças na sua nomenclatura, que ocorreu em todo o Brasil, que acompanharam os avanços educacionais, científicos e tecnológicos.

A proposta para implantação do NUGEDIS foi elaborada por uma equipe multidisciplinar composta de doze servidores das variadas formações entre elas: Advogado, Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Jornalista, Bibliotecário, Sociólogo, Tecnólogo em Recursos Humanos.

O Projeto do NUGEDIS foi submetido ao Edital e aprovada em maio de 2015, quando iniciou o processo de implantação do Núcleo, que conta com uma sala equipada e com dois alunos bolsistas (um do curso de Arquitetura e um do curso de Licenciatura em Literatura) e dois estagiários (um do curso de Direito e um do curso de Ciência da Computação). Toda a temática que vem sendo desenvolvida no NUGEDIS tem sido respaldada pelos Direitos Humanos, Constituição Brasileira, Leis complementares, e pelo princípio da ética e cidadania.

[2]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, que neste artigo iremos tratar ora IFF ou IFFluminense. Instituição pública da Rede Federal de Educação, que promove desde Ensino Técnico até o Mestrado, com onze campi, em dez cidades, promovendo educação de qualidade e gratuita no interior do estado do Rio de Janeiro e contribuindo com o desenvolvimento local e regional.

[3] Frase atribuída ao Presidente do Brasil 1909-1910, Nilo Paçanha, que nasceu em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, quando criou as Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 com o objetivo de ofertar Educação Profissional aos meninos em vulnerabilidade social e tirá-los da condição de rua.

A proposta do NUGEDIS é desenvolver a igualdade de gênero e o respeito a diversidade dentro de um espaço educativo inclusivo, combatendo toda e qualquer forma de discriminação e preconceito, visando uma sociedade plural, democrática e igualitária. Para isso trabalha-se com intervenções lúdicas e teóricas, com seminários, espaços de conversações, filmes, teatros, material didático, parcerias com outras instituições de ensino, ONGs, grupos de ativistas, como Coletivo Feminista, Grupo Esperança, Universidade Federal Fluminense, ABRAFH (Associação Brasileira de Família Homoafetiva), Assessoria de Direitos Humanos do Município e o próprio Governo Federal, que lançou o Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, em conjunto com a sociedade cível, onde apresenta políticas para o combate à "onda" de violência e discriminação sexual no país.

1.2 A violência invisível, a exclusão que também começa na escola.

Em 1988 a Constituição Federal Brasileira foi promulgada, e de acordo com o artigo 3º o objetivo principal da nossa República é "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" e em seu artigo 5º diz que "todos somos iguais perante a lei e nos é garantido o direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade" e em seu artigo 6º afirma que a "educação é um direito de todos e todas e garantidas pelo Estado".

A escola brasileira é um lugar onde devemos promover o que diz nossa constituição, porém vem reproduzindo a sociedade dominante ao longo de sua história. Sociedade composta de pessoas adultas, brancas, heterossexuais, burguesas, "normais".

Nós mulheres nos demos conta, que nossa autonomia e independência se dá pela educação e é através dela que podemos romper com os padrões sociais repetidos de que só podemos ser mãe, esposa ou dona de casa, submissa nessa sociedade que se mantém machista, branca e dominante.

Segundo Simone de Beaurvoir – escritora feminista - (1949), "Não se nasce mulher, torna-se mulher". A mulher, por sua condição feminina de natureza biológica carrega o mito difundido pela cultura mais do que por suas próprias características.

Aqueles que não estão dentro dos padrões (pré) determinados pela sociedade, são considerados e rotulados como "estranhos", "gays", "mulher macho" ou até "feminista" (no sentido pejorativo da palavra) e o mais variado rol de ofensas como nos afirma Rogério Junqueira.

> [...] Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói o conhecimento, mas o faz reproduzindo os padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas

> identidades);
>
> [...] Dar-se conta de que o campo da educação se constitui historicamente como um espaço disciplinador e normatizador é um passo decisivo para se caminhar rumo a desestabilização de suas lógicas e compromissos. JUNQUEIRA, 2010:14.

Freire reconhece a importância e o potencial educativo que os movimentos sociais representam pela participação e engajamento de mulheres e homens para refazer o mundo e serem refeitos, reafirma a necessidade da educação que se desenvolve na escola na formação humana.

> A educação construiu toda sua reflexão em torno do processo de produção do ser humano como sujeito, e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de ser, assim, modificando circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação (Freire, 2000).

Para tanto, a escola deve estar organicamente vinculada à sociedade, ao seu tempo, aos seus problemas, à sua história, assim como uma política libertadora em sua prática onde a autonomia transforme na atuação crítica na sociedade. Uma pedagogia feita para transformação, utópica, libertadora, contraditória, porém com respeito aos saberes dos educandos, numa relação de autêntico diálogo, onde educador e educando se educam mediatizados pelo mundo.

A Pedagogia de Freire continua em nossas lutas, ele tinha um profundo respeito pela pessoas. Sua prática foca na educação nascendo da vida, das lutas, da experiência do povo. E foi aprendendo com essas pessoas, aprendendo com elas, que Freire sistematizou uma proposta político-pedagógica libertadora. Uma Pedagogia que nasce da luta, se recria nela e a produz.

A questão da equidade de gênero, o combate ao preconceito, está sendo debatida em todo território nacional, como uma proposta do Plano Nacional de Educação que obriga os educadores e alunos a discutirem o tema desde a tenra infância. Muitas resistência estão sendo encontradas nos legislativos dos municípios brasileiros, principalmente os da bancada evangélica.

O debate das questões de gênero e diversidade na escola poderia promover uma geração sem preconceito e não significa tratar com igualdade as diferenças percebidas entre os indivíduos, mas garantir que todos tenham um espaço onde seus direitos sejam garantidos e respeitados sem desigualdades.

A escola pode ser a mediadora dessa mudança cultural de médio e longo prazo. Essa discussão de gênero vem empoderar a mulher em seus direitos, ao combate a violência, buscando igualdades de direitos e de oportunidades em relação aos homens. E também as crianças e jovens deixarem de viverem sobre a pressão sobre a sua identidade de gênero e de seus desejos.

O *conceito de gênero,* diferentemente de "ideologias" ou "doutrinas", baseadas em cada crença ou fé, vem com a aproximação da ciência, que produz de saberes em ralação ao mundo, busca em processos culturais e históricos, a classificação das pessoas a partir do que é feminino e masculino. O conceito de Gênero reconhece uma construção social do indivíduo.

> […] A colocação, em pauta, da igualdade jurídica da mulher (direitos iguais no trabalho, na família e na sociedade), a conquista de algumas reivindicações pontuais: direito de votar e receber votos, direito a exercer profissões liberais, direito a salário igual, direitos à instrução, direito ao divórcio; a descoberta das especificidades femininas: o corpo, a sexualidade, os direitos reprodutivos, a complementaridade no trabalho, o trabalho doméstico, a ausência do tempo extraordinário para a mulher, a maternidade como função social, e o que foi mais importante: a idéia da construção cultural dos gêneros masculinos e femininos; em conseqüência, a descoberta de que nunca seremos iguais se nossas 'diferenças' não forem preservadas […] Alambert (1997).

Segundo o Grupo Gay[4] da Bahia, no Brasil, homossexuais, transexuais, travestis, são assassinados ou sofrem de violência física e verbal como forma de serem alijados da sociedade.

> PRECONCEITO ENTRE OS JOVENS NO RIO DE JANEIRO
>
> Uma pesquisa realizada entre os jovens revela uma alta intolerância em relação a homossexualidade. A pesquisa foi feita pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, um dado levantado é que 49% dos homens entrevistados afirmaram que homem que mantêm relação sexual com pessoas do mesmo sexo são doentes ou não tem vergonha, entre as mulheres a porcentagem é de 27%, a intolerância é significativa entre os homens jovens em todas as classes sociais, Sonia Correia da ABIA disse que este dado assusta, pois parece que estes jovens foram educados em uma cultura mais tradicional como no Afeganistão. [Fonte: *Folha de São Paulo, São Paulo/Sp, 23-9-2004*] GRUPO GAY DA BAHIA, 2004

A educação que nasce da luta e o nascer da luta pela educação, Freire (2000) defende que a educação no "processo de luta contra a perversidade anunciando uma nova realidade diferente a nascer da transformação da realidade denunciada". Compreende o processo de educação como inacabado, como ser em constante processo de (re) criação de seus saberes, de sua cultura, do mundo. Para Freire, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

---

[4] O Grupo Gay da Bahia é uma associação que defende os direitos dos homossexuais . Foi fundado em 1980, no Brasil e não tem fins lucrativos. É membro do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC) . Fonte: http://www.ggb.org.br/ggb.html

A Pedagogia para Freire precisa tomar por referência a prática social, a história de vida dos sujeitos, seus 'saberes de experiência feita'. Freire vem travar um movimento social por uma educação para e por todos.

> A Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Libertação refletem os aprendizados que Paulo fez aproximando-se, estando atento aos movimentos de libertação contra a opressão que se manifestavam com tanta radicalidade nas décadas de 50 e 60. Os educandos e os educadores para Paulo, formam os coletivos dos movimentos sociais (Arroyo, 2001).

Observa-se ações de organismos internacionais no combate ao bullying homofóbico. No ano de 2008 os Ministérios da Educação e da Saúde da América Latina e Caribe reconhecem a necessidade de abordar nas escolas as orientações e identidades sexuais diferentes para promoção de inclusão. Em 2011, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos passa a condenar qualquer forma de discriminação contra pessoas em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero, ficando os estados responsáveis pela prevenção, punição e erradicação desse tipo de violência.

É importante que se reconheça que é possível fazer alguma coisa onde os desafios são constantes. E a escola é um organismo vivo onde as boas práticas precisam ser desenvolvidas considerando questões socioculturais porém, com respeito a nossa constituição.

> [...]Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade sobre o outro. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância[...](Saramago,2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer, de forma geral, que como conceito o movimento social promove mudanças sociais, através do debate e intervenções políticas através de ação coletiva de acordo com a construção social, ideológica e de valores dentro de espaços coletivos comuns onde existe um conflito ou injustiça. Quando o movimento social vem promover mudanças de uma realidade que se apresenta diferente ou injusta para algum grupo, classe ou categoria. Uma luta que busca dar voz e promover justiça através de interesses comuns de um núcleo, classe ou grupo social e que alcancem aqueles que não tem, para construir um espaço de diálogo, de identidade, de respeito, de cidadania.

É hora de exigir que o direito à educação sobre gênero, diversidade e sexualidade seja assegurado a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate às

desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas e o exercício da cidadania, garantido.

Seria de fundamental importância, que se reveja os currículos e os conteúdos que mantém o discurso impondo os padrões normativos de gênero nas escola. O NUGEDIS vem propor esse debate no Instituto federal Fluminense, pois acreditamos que esse mesmo discurso não representa a sociedade, apenas impões os padrões estabelecidos por ela. Existe uma necessidade de investimento na formação de cidadãos sensíveis à questão de gênero para uma profunda transformação social. Pois pesquisas apontam que a questão de gênero ainda é invisível no trabalho dos educadores e das educadoras, apesar de serem políticas educacionais.

Questões que parecem simples, como o uso de "certas" roupas pelas meninas, banheiros, nome social, demonstração de afetividade, ainda tem provocado constrangimentos nos envolvidos.

Foram lançados, pelo Governo Federal, materiais didáticos para serem distribuídos nas escolas públicas, contendo filmes, cartilhas e materiais de fácil compreensão. Esse material foi recebido de forma negativa pelos políticos, e por pessoas de diversas denominações religiosas que propagam preconceito, que logo intitulou o material como kit gay, induzindo assim a população a rejeitar algumas ações desenvolvidas pelo programa.

Nas escolas brasileiras ainda se reforçam os estereótipos e dicotomia dos sexos o que vem reforçar a desigualdade de gêneros.

Essa influência negativa da distância e dos papéis que cada um tem na sociedade, não proporciona o que estamos tentando desenvolver através do NUGEDIS. O exercício da cidadania plena, contribuindo para a formação de cidadãos políticos para a defesa de direitos da diversidade humana. A escola é um lugar que se forja as lutas sociais orgânica, ativa, transformadora, justa, ultrapassando seus muros e penetrando na comunidade em geral. Utopicamente, seguindo em direção de uma proposta de despertar a igualdade de direitos respeitando a diversidade.

Joan Scott[56] afirma em seu artigo que quando "Nós podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não tem nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas."

Hoje o NUGEDIS vem contribuindo para o debate e o diálogo dentro da instituição.

---

[5] Joan scott é uma historiadora norte americana que escreveu um artigo sobre gênero na revista Educação e Realidade em 1995 sob o título: Gênero: uma categoria útil de análise histórica, revisado e traduzido e que serve como leitura e debates pelos membros do Núcleo

Professores e alunos buscam o núcleo como um espaço de acolhida, de construção do diálogo para eliminar todo e qualquer tipo de preconceito de gênero. Promovemos três seminários com a temática de Gênero e Diversidade com um público estimado de trezentas pessoas entre estudantes, professores e interessados. Já estamos desenvolvendo através do Núcleo de Pesquisa do campus, estudos sobre a temática promovendo assim a integração pesquisa e extensão. É uma tarefa árdua e diária e estamos conseguindo apresentar, com respeito ao contraditório, ações lúdicas e estudos teóricos com a participação desta comunidade. Ainda não atingimos todos os nossos objetivos mas estamos empenhados e acreditamos que ações como esta podem se multiplicar nas escolas a partir da informação e formação de todos.

Vale ressaltar que todas as propostas são amplamente divulgadas para o público interno e externo e publicaremos as pesquisas, que servirão para e elaboração de materiais informativos e didáticos atuando no "tripé" ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea.** Revista Estudos Feministas, v. 11, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2003.

BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Ângela. **O dilema da cidadania**. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, Ministério da saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde . **Adolescentes e jovens para a educação entre pares:Adolescências; Juventude e Participação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde . **Adolescentes e jovens para a educação entre pares:diversidade sexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde . **Adolescentes e jovens para a educação entre pares:gênero.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRITO, Leila Maria Torraca. **Bullying e cultura de paz no advento da nova ordem econômica.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Eduerj

CHABAUD-RYCHTER, Danielle ...[et al]. **O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** 1ª ed. São Paulo: editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do Bom-senso**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

JUNQUEIRA, Rogério. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos.** Brasília: Ministério da Educação e UNESCO, 2009

MELLO, Luiz. **Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no feminino**. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 495-515

MOROZ, Melania. GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos de. **Famílias contemporâneas: as voltas que o mundo dá e o reconhecimento jurídico da homoparentalidade.** Curitiba: Juruá, 2011.

UNESCO. **Respostas do Setor da educação ao *bullying* homofóbico.** Brasília, 2013

SCOTT, Joan.**Gender on the Politics of History.** New York: Columbia University Press, 1988.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02